

TEMAS PERIGOSOS PARA A EDUCAÇÃO? JUVENTUDES, INSTITUIÇÕES DE ENSINO, GÊNERO E SEXUALIDADES

CRISTIANE GONÇALVES DA SILVA

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, São Paulo, Brasil

TATIANA LIONÇO

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

RESUMO: O artigo apresenta questionamentos em torno do perigo relacionado aos temas gênero e sexualidades no contexto de instituições de ensino, particularmente escolas de ensino médio e universidades. Parte de um repertório que considera a experiência das autoras, experiência de outros/as pesquisadores/as, acontecimentos e discussões recentes em torno da violência, buscando conexões que revelam a acirrada disputa sobre gênero e sexualidades. Discute sobre a ambiguidade do perigo que envolve tais temáticas, além de destacar as possibilidades de iniciativas de resistências às violências nas e das instituições, valorizando as experiências de sujeitas/os que ocupam os territórios de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Sexualidades. Instituições de ensino.

CONEXÕES DE PARTIDA

O processo reflexivo se pauta na experiência vivida cotidianamente pelas autoras: fragmentos de trabalho de pesquisa¹, atividades de ensino² e extensão³ e envolvimento com questões da gestão universitária⁴. Sendo multifocal, a reflexão deseja promover conexões, proximidades e questionamentos captados e refletidos na experiência delas com questões de gênero, sexualidades e juventudes, inseridas em instituições de ensino universitário em permanente aproximação com outros territórios da educação pública. Toma também elementos recentemente debatidos no âmbito de grupos de trabalho realizados em eventos acadêmicos internacionais⁵ que permitiram apreender conexões a partir de outras experiências de pesquisa, extensão e ensino comprometidas com a compreensão do contexto da educação.

O repertório de partida possibilita pensar sobre distintos territórios juvenis que são, ao mesmo tempo, de educação. O território que reconhecemos é aquele da experiência do/a sujeito/a, dado que é na experiência que se constituem as pessoas subjetivamente, tecendo territorialidades que atravessam locais e contextos. Os significados que definem território estão muito longe de sua fixidez física, estão na fluidez da ocupação, no modo como discursos são agenciados e como se dá experimentações, a partir de desejos, das relações (PERLONGHER, 1987). Significa reconhecer que, mesmo institucionalizados por princípios classificatórios e hierarquizantes, há outras possibilida-

des vivas nas instituições de ensino, dadas pelas experiências que constituem subjetivamente os/as sujeitos/as, tecendo territorialidades que atravessam e ultrapassam os territórios. Jovens estão nas escolas e universidades, e em outros territórios que se compõem em interconexão.

Por outro lado, reconhecemos que as instituições de ensino estão atravessadas por pânicos morais em torno das questões de gênero e sexualidades que são significadas em termos de ameaça, representando um perigo iminente. Isto justifica a pertinência de discutir sobre as disputas entre significados e sobre a insistência em hierarquizar pessoas, corpos e estilos de vida. Assim, trazemos alguns questionamentos identificados nas conexões de elementos de reflexões sobre o cotidiano da educação que ajudam na compreensão acerca do perigo, ou de quem realmente corre perigo na reprodução de exclusão e violência. Articulamos a reflexão procurando indicar caminhos estratégicos, valorizando experiências de resistência.

CONTEXTOS, TERRITÓRIOS: APROXIMAÇÕES, CONEXÕES E SINGULARIDADES

O cenário brasileiro, com seus desafios históricos, mostra disputas recentes que se acirraram com o processo de *impeachment*, ocorrido em agosto de 2016, que usurpou a legitimidade do processo das urnas. Esse fato é também resultante de uma tradição política pouco ou quase nada laica, na qual o legislativo, em todas as esferas – do município à federação –, é orientado em nome de valores cristãos, assumidos como verdades. Movimentos não-laicos organizados vêm tensionando a elaboração, discussão e votação de planos de educação em todo país e, não raramente, evocam os perigos das temáticas de gênero e sexualidades demandando a supressão delas e, desse modo, silenciando sobre a desigualdade e violência que envolvem as temáticas, contribuindo para a abjeção.

No jogo político de disputa em torno das temáticas, sustentados pela proeminência da não-laicidade, há ainda os que se dedicam a escrever, defender e tentar aprovar projetos de lei denominados *Escola sem Partido* ou *Escola Livre*, que preconizam uma falsa neutralidade na educação e na prática dos/as educadores/as, em nome da **“liberdade de consciência” de estudantes, compreendidos/as como seres frágeis** e suscetíveis, e de suas famílias. Organizados e mobilizados a partir de conteúdos que não são novos no debate público brasileiro, projetos como esse tramitam em sete Estados e inúmeros municípios, procurando inviabilizar e criminalizar iniciativas que questionam discriminações por orientação sexual e desigualdades de gênero (MATTOS et al, 2017).

Há conexão entre as ideias que inspiram os projetos de *Escola Sem Partido* e o modo como algumas forças conservadoras invadem o espaço universitário⁶, convocando os/as envolvidos/as a entender como operam tais forças em cada esfera da educação na **captura de famílias para “sua causa”, usando estratégias mentirosas sobre as discussões de gênero na escola.**

As moralidades religiosas são centrais para compreender as organizações que **militam contra a “ideologia de gênero” no Brasil a partir das representações políticas** que os movimentos religiosos cristãos têm no legislativo. Como descrevem Facchini e Sívori

SILVA, C. G.; LIONÇO, T.

(2017), os/as religiosos/as (particularmente evangélicos/as) têm concorrido a cargos legislativos em todas as esferas, geralmente em partidos de centro-direita e, no Congresso, organizados/as em bancada, a partir de sua condição de parlamentares cristãos/as, evocando:

(...) uma visão idealizada de unidade do “povo de Deus” como suposta maioria nacional para agitar ansiedades morais com um relato apocalíptico no qual os direitos e políticas para as mulheres e LGBT, além de cercear a liberdade religiosa, ameaçariam a integridade moral das crianças e da família brasileira (FACCHINI; SÍVORI, 2017, p. 5).

É importante compreender a incidência do discurso religioso na política nacional, na lógica do fundamentalismo religioso, uma tendência antidemocrática que pretende impor a todo o conjunto da sociedade valores morais presumidos superiores. Tais esforços ganham força e têm consolidado retrocessos na agenda de direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, com forte apelo à autoridade religiosa cristã de parlamentares que, inclusive, se elegem a partir do vínculo à comunidade de fé como slogan ou bandeira política. A estratégia eleitoreira do viés religioso está bastante consolidada no Brasil e contribui significativamente para o resultado das últimas eleições. O resultado das urnas em 2010 e 2014, no que se refere à presidência da república, foi determinado por posicionamentos explícitos de sintonia com demandas da comunidade evangélica, mesmo que a primeira candidatura de pastor ao cargo na história do país, em 2014, não tenha decorrido em vitória eleitoral direta (VITAL; LOPES, 2013; CUNHA; LOPES; LUI, 2017). Nas eleições de 2018, o apelo à religiosidade marcou o tom da campanha de Jair Bolsonaro, tendo o recém empossado presidente conduzido seu governo em alinhamento com as reivindicações neoconservadoras de políticos e evangélicos.

A estratégia fundamentalista é a do pânico moral e do acirramento da intolerância contra grupos sociais vulneráveis à discriminação baseada na desqualificação moral: minorias sexuais e mulheres (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009), recorrendo inclusive a uma política da vergonha para deslegitimar pleitos políticos dissonantes, tais como as reivindicações feministas e da comunidade LGBT (LIONÇO, 2016). No que se refere à agenda da educação, o pânico moral associado ao suposto assédio ideológico de crianças **e adolescentes baseados na “ideologia de gênero” decorre na proposição legislativa** de criminalização da atividade docente caso aborde temas relacionados a gênero e sexualidade (RAMOS, 2017), notadamente uma ofensiva tão radicalmente antidemocrática que não encontra consenso sequer entre defensores dos projetos que pretendem implantar a *Escola sem Partido*.

Esta particularidade brasileira nos diferencia em relação à Argentina, onde as forças conservadoras que se pautam em visões religiosas atuam de outros modos e não pela via do legislativo. Análises interessadas em apreender questões de gênero e sexualidades na Argentina precisam ter em conta instrumentos legais que o país dispõe. Particularmente, a lei do matrimônio igualitário (26.618/2010) e lei da identidade de gênero (6.743/2012) que, certamente, ecoam no cotidiano dos territórios de educação e revelam características específicas das relações entre Igreja católica e governo argentino:

A su vez, y en ambos casos, la conflictividad entre el Estado Nacional y la Iglesia Católica, en los dos primeros gobiernos kirchneristas (2003-2007 y 2007-2011), abrió oportunidades para que activistas LGBT logren reformas progresistas en temas sensibles para la Iglesia. Lo relevante para el caso argentino es que la incidencia de la Iglesia en este tipo de reformas progresistas no se basa, ni en su influencia directa en el voto popular, ni en su presencia en la legislatura, a través de partidos religiosos o de derecha (TABBUSH et al, p. 48).

Ainda que o mesmo avanço não tenha se verificado para o caso da interrupção da gravidez na Argentina, que só é permitida no caso de risco de vida para a mulher e quando resulta de estupro, há uma potente organização feminista denominada *Socorristas en Red* (Feministas que Abortamos), que oferece informações, espaços de apoio e acompanhamento de mulheres que decidem abortar, iniciada em 2012 e composta por mais de 40 grupos distribuídos por todo o país (BURTON, 2017).

Além disso, focada diretamente na educação, a Argentina dispõe de respaldo legislativo na Lei Nacional sobre Educação Sexual Integral (26150/2006), que afirma ser um direito de todos/as os/as estudantes receber educação sexual integral nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, em todas as esferas, criando o *Programa Nacional de Educación Sexual Integral*, em 2008, que envolve estratégias para implementação (FAUR; GOGNA; BINSTOCK, 2015).

No Brasil, a conquista histórica de inclusão do gênero e sexualidades como conteúdos pedagógicos, efeito da constituição democrática e da legislação da educação dela decorrente (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996), tem sido uma política de Estado vilipendiada pelas ofensivas fundamentalistas que pretendem confundir a sociedade sobre a legalidade do ensino sobre o tema. Gênero e sexualidades como conteúdos que integram a política estatal de inclusão de temas transversais na educação básica estão estipulados formalmente desde 1997, quando da proposição do volume *Orientação Sexual*, embora mais recentemente o debate sobre a nova Base Curricular Comum Nacional (BCCN) tenha sido cooptado pela lógica do pânico moral, associando tais temas ao risco social e ao assédio ideológico. Em maio de 2016 foi realizado um seminário na Câmara dos Deputados sobre a BCCN, tendo um dos requerimentos de autoria do Deputado Rogério Marinho, proponente do projeto de lei que tipifica o crime de assédio ideológico na educação, contemplado defensores dos projetos *Escola sem Partido*.

Somos convocadas, portanto, a pensar sobre gênero e sexualidades nas instituições de ensino, a partir de dimensões que servem à manutenção da violência que aí se pratica, mas também a pensar sobre estratégias que possam dar visibilidade às resistências que se conformam nos territórios. Desse modo, apontamos conexões, singularidades e questionamentos, considerando os elementos já apontados e, a partir de agora, elementos apreendidos nos debates compartilhados nos eventos feministas dos quais participamos e que nos provocaram a esta reflexão.

Compreendemos as instituições de ensino como territórios juvenis, na medida em que entendemos e procuramos considerá-lo a partir do agenciamento que os/as jovens fazem dos discursos, normas, regras, conteúdo curricular, do tempo, dos momen-

tos de convívio entre pares. Por outro lado, reconhecemos a forma como as instituições determinam posições de subalternidade, reforçando a centralidade e seu princípio organizador que separa pessoas a partir de ordenamentos, classificações e hierarquizações. Nas instituições encontram-se complexos elementos articulados que revelam as pedagogias culturais que produzem e são produzidas por performances de gêneros e por idealizações sobre sexualidades, seja a escola, na universidade ou em outras instâncias (família, redes de amigos, lazer), nas interações e nas relações do cotidiano. São também produzidas em tudo que escapa da lógica vigente, mostrando o modo como operam as inúmeras aprendizagens e práticas sempre inacabadas das pedagogias culturais na socialização de jovens, a partir de um conjunto inesgotável de instâncias sociais (LOURO, 2010).

ONDE MORA O PERIGO? GÊNEROS E SEXUALIDADES EM DISPUTA

A insistente reprodução das violências nas relações cotidianas das instituições de ensino dá visibilidade às diferenças constitutivas das pessoas. As posições dos/as sujeitos/as e suas diferentes subjetividades são inscritas pelo contexto que as reitera ou repudia (BRAH, 2006). A diferença fornece elementos descritivos e ajuda a pensar nos processos que marcam pessoas e grupos a partir da experiência da diferença enquanto desigualdade e materializada nas violências. As experiências de violências vividas pelas pessoas materializam o perigo real em torno do gênero e das sexualidades.

A violência pode ser pensada como perigo diante do qual segmentos populacionais estariam vulneráveis, como é o caso de mulheres e LGBT. O machismo e a LGBTfobia são perigos diante dos quais adolescentes e jovens estão expostas/os em uma sociedade que naturaliza os processos de subalternização das mulheres e de outros sujeitos que não reiteram a hegemonia da heteronormatividade e da cisnormatividade. Em que medida o pânico moral difundido por movimentos que alardeiam sobre os perigos do gênero e das sexualidades pode contribuir para o perigo real que mulheres e pessoas LGBT vivem? Quem deveria ter medo? Que perigo as pessoas excluídas e violadas **podem representar para quem tem medo da “ideologia de gênero”?**

Seja em escolas de ensino médio ou nas universidades, questões de gênero e sexualidades estão presentes nas violações distintas que jovens sofrem. A existência de alguns corpos juvenis é, por si só, um questionamento de verdades muito cristalizadas pelas moralidades religiosas que não dialogam com a diversidade. Naturalizar sexo, gênero, sexualidade e, inclusive, os ciclos da vida desemboca em violência. Nada é novo, mas é preciso compreender como o conservadorismo ganha novas roupagens. Assim, ainda interrogamos a educação, o papel de educadores/as, reconhecendo a centralidade **do gênero como “uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central” de projetos** que questionem as formas de organização social e suas hierarquias e desigualdades (MEYER, 2013, p. 11,12).

As denúncias sobre violências cometidas no ambiente universitário no Brasil são numerosas⁷ e se desdobram em vários contextos: piadas em sala de aula, assédio na relação professor/estudantes, violência (inclusive sexual) em trotes, festas, residências estudantis. Não é incomum a avaliação de que a cultura institucional permite a violência e que gestões universitárias silenciam-se diante das violências, mesmo que reconheça-

mos haver algumas movimentações em responder e prevenir violências, ainda que em descompasso com a demanda.

O repertório utilizado nesta reflexão indica ainda o predomínio e reificação de modelos hegemônicos binários de gênero, materializados em modos hierarquizantes que valorizam homens e subalternizam mulheres, que cristalizam o gênero à genitália, que colocam a sexualidade heterossexual no centro e que moralizam comportamentos de mulheres e pessoas não heterossexuais e não cisgêneras. Há desafios cotidianos na implementação de propostas educativas que assumem gênero e sexualidades como centrais e prioritários. No caso da Argentina, por exemplo, ainda que haja uma proposta robusta para implementação da proposta de Educação Sexual Integral e de aparato legislativo favorável para modificar relações cotidianas nas instituições, ainda há muitos elementos que impedem sua efetivação, acirrados no governo Macri.

Já no Brasil, a análise de conjuntura política se complexifica ao constatarmos que retrocessos na agenda educacional no que se refere a gênero e sexualidades estavam em curso mesmo antes da consumação do golpe de Estado, ainda na vigência do governo Roussef. Ainda que possamos identificar avanços na gestão Lula, que instituiu em 2004 o Programa Brasil sem Homofobia, os desdobramentos da implementação da estratégia na educação foram frágeis e usados como barganha de negociações com forças políticas conservadoras, como no caso da retirada dos vídeos produzidos pelo Ministério da Educação para subsidiar atuação pedagógica nas escolas de ensino médio no enfrentamento da LGBTfobia. A agenda de enfrentamento de violências de gênero na educação passou a ser moeda de troca inclusive para abafar escândalos de corrupção e o retrocesso já estava em curso antes do impeachment (VITAL; LOPES, 2013; VITAL; LOPES; LUI, 2017). As forças conservadoras, que de maneira organizada ou difusa acusam gênero e sexualidades de serem temas perigosos para os/as estudantes, não consideram a educação a partir de uma perspectiva crítica e tomam valores pessoais como verdades intransponíveis a serem preservadas de questionamentos, enquadrando o pensamento crítico como "ameaça".

O cenário de retrocesso explícito na política, no entanto, não necessariamente se expressa no efetivo enfraquecimento de iniciativas de mobilização para o enfrentamento das violências baseadas em gênero e sexualidades nas instituições de ensino. Há articulações que, por vezes, se apresentam de forma institucionalizada, por partidos políticos de esquerda, projetos de lei, movimentos sociais, coletivos, ocupações de espaços institucionais ou das ruas. E, nas instituições de ensino, sujeitos/as, iniciativas coletivas, grupos, projetos de extensão, pesquisas, normativas e decretos institucionais que protagonizam uma contra-resistência ao conservadorismo.

Alimentando nossas reflexões, o debate nos grupos de trabalho⁸ a partir de experiências de pesquisa, ensino e extensão em universidade e escolas, sobre questões de gênero, sexualidades, diferenças, violências e subalternidades, nos permitiu captar várias dimensões de uma complexa teia de conexões e conflitos em torno dos temas perigosos e da forma como se inserem no cotidiano das instituições de ensino tanto no Brasil como na Argentina.

Pensando no contexto universitário brasileiro, é preciso conectar as experiências de violência e exclusão, com aspectos da permanência das pessoas na universidade e da

futura inserção profissional. Pensar permanência estudantil é, necessariamente, pensar na racialização do cotidiano universitário⁹ que se aprofunda com as políticas afirmativas de acesso à universidade. É preciso ter em conta também a pressão por um alto desempenho acadêmico para provar-se capaz, dada uma desconfiança que se pauta na diferença que marca mulheres, negras/os, LGBT. Permanência e abandono da universidade passam pelagenerificação, racialização e sexualização presentes nos mecanismos de exclusão do cotidiano acadêmico e pela hierarquização dos campos do conhecimento, e podem ter relação com performances e expectativas de gênero, em relação ao futuro profissional e aos significados atribuídos às carreiras¹⁰, particularmente das áreas de exatas. As condições de subalternidade e sua relação com desigualdades nas trajetórias das/os sujeitas/os têm relação com as interseccionalidades, a serem decodificadas para compreender escolha, permanência e abandono nas carreiras acadêmicas.

Há carreiras universitárias que, aparentemente, parecem mais distantes das discussões de gênero e que são obrigadas a encarar a desigualdade do cotidiano a partir da realização de pesquisa¹¹, mostrando que a produção do conhecimento articulada ao ativismo, pode ser estratégica ao revelar a objetificação dos corpos femininos e as estratégias das mulheres para escaparem da violência, que se vale da associação de estereótipos desqualificadores com a condição feminina e da insistente deslegitimação de estudantes e docentes pelo fato de serem mulheres.

Considerando o repertório que sustenta nossa discussão e que pretende buscar conexões também a partir da realidade argentina, podemos localizar semelhanças entre violências e resistências¹². Nas relações do cotidiano universitário e, particularmente, na relação professores-aluna, a violência de gênero se perpetua no machismo das piadas e no assédio, fomentando articulações protagonizadas por estudantes que dão visibilidade às ocorrências e exigem posicionamento da universidade. Na discussão, a partir da experiência da Argentina, das experiências brasileiras e das autoras, ressalta-se a relevância da interlocução das/os estudantes com professoras comprometidas politicamente com as questões de gênero e também estratégica para um processo coletivo de resistência que reafirma a importância da articulação entre produção acadêmica e ativismo, inclusive com resultados de pesquisa e extensão, fomentando a criação de novos coletivos nos territórios juvenis educacionais.

O enfrentamento protagonizado pelas/os estudantes tem sido fortalecido também pela organização de coletivos estudantis¹³, sendo estratégia central de resistência e, por isso, potencialmente perigosa. É uma solução frente a uma repetição comum, considerando o repertório aqui trabalhado, sobre ausência de escuta institucional. Os coletivos estudantis podem expor o real perigo relacionado ao gênero e às sexualidades para além da universidade e, nesse aspecto, o uso da internet tem sido fundamental. Representam um perigo concreto para o rompimento com hierarquias quando expõem os assédios na relação professor-estudante e quando conseguem respostas efetivas às demandas. A organização de estudantes em coletivos não apenas cumpre função na pressão interna e externa à universidade para que se efetivem estratégias de reparação e prevenção das violências, muitas vezes cumprindo ações que não estariam ainda contempladas por normativas de proteção nas instituições de ensino, como também estão sujeitos a agressões em função da própria função que desempenham (AMARAL, 2013), requerendo, portanto, não apenas reconhecimento de sua relevância, mas também medidas de proteção.

As políticas de identidade aparecem como estratégicas para ocupação dos territórios de ensino e, particularmente, a universidade¹⁴. No caso das universitárias negras, o cabelo¹⁵ como elemento cultural identitário parece ser central no processo de apropriação do espaço, para torná-lo um território de mulheres negras. **“Assumir” os cabelos**, no processo de construção da identidade, parece ser ainda mais relevante em espaços universitários mais elitizados e brancos.

No debate sobre gênero e sexualidades que aborda a reprodução da violência e a resistência a ela, reconhecemos as iniciativas de instituições universitárias que buscam, pelo acompanhamento dos percursos estudantis marcados pela exclusão, efetivar ações que investem na permanência estudantil. As políticas institucionais só terão efeitos concretos no cotidiano quando forem capazes de considerar as experiências das pessoas no contexto da cultura institucional. Com isso, anuncia-se também a necessidade de rever os currículos formais, e que se reconheça, numa inspiração nítida nos estudos culturais, os efeitos das relações de poder, do elitismo, forjando um conhecimento da margem para o centro (NELSON; TREICHLER; GROSSBERG, 2013).

A universidade, interpelada a dar respostas para a violência contra mulheres e LGBT, assim como as escolas, reiteradamente apresentam uma demanda por formação específica em gênero e sexualidades para que docentes e técnicos/as possam lidar com as questões. No processo levado em conta para os questionamentos aqui apresentados, **ousamos apontar que a demanda por “formação” é algo que sempre se apresentará. A justificativa que se pauta pela ausência de conhecimento “especializado” faz com que o silenciamento seja aceito e dá margem para moralismos e indisponibilidade para aprender algo sobre o tema.**

O modo como instituições universitárias enfrentam as violências relacionadas aos gêneros e sexualidades é passível de observações críticas. Há uma tendência a permanecerem no silêncio até que sejam chamadas a responder, via denúncia na própria instituição, obrigação judicial ou determinação do Ministério Público. Não há uma política feminista que tenha sido incorporada, ainda que mulheres estejam ocupando cargos centrais (reitorias e pró-reitorias) e, pior, isso acabe sendo utilizado como retórica para justificar o posicionamento (ou ausência dele) da instituição. Identifica-se um movimento **de “colocar na agenda” institucional**, que não se efetiva na prática ou encontra morosidade na implementação de ações efetivas e afirmativas, e ausência de uma política com objetivos e ações propositivas concomitante à reincidência de violências sexistas e LGBTfóbicas. As iniciativas estudantis cumprem importante papel da manutenção de uma agenda de debates na comunidade acadêmica, bem como impulsiona medidas administrativas que apenas se tornam possíveis a partir da articulação entre reivindicações estudantis e os posicionamentos institucionais que, ainda que de modo frágil, afirmam alguma proteção que garanta permanência de mulheres e LGBT no processo de escolarização.

Ainda que nas universidades também estejam presentes hierarquizações entre áreas do conhecimento e mecanismos que seguem legitimando discursos que naturalizam a desigualdade e exaltam a meritocracia, atualmente tais instituições se deparam com a necessidade de dar respostas efetivas para os reais perigos das violências relacionadas ao gênero e à orientação sexual. Entretanto, há burocratização de normas

institucionais que não se desdobram automaticamente em mudanças efetivas nos processos de ensino e aprendizagem e nas relações interpessoais.

As propostas que se encontram no tripé ensino/pesquisa/extensão, que incorporam temáticas de gênero e sexualidades, podem viabilizar a institucionalização curricular e estratégica para transformação do cotidiano dentro e fora da universidade, e que estejam comprometidas teórica e eticamente com práticas equitativas. Particularmente quando se trata do campo biomédico¹⁶ e de romper com abordagens que tendem à naturalização dos corpos, com processos educativos problematizadores, que incorporam o contexto sociocultural das/os sujeitas/as, e noções sobre gênero e sexualidades, incluindo estágio obrigatório em ambulatório do SUS para atendimento a pessoas trans. Ou ainda quando se trata de forjar, em uma carreira tradicional como é a do direito¹⁷, rompimento com visões androcentristas do currículo, a partir abordagens que descolonizam e despatriarcalizam a prática docente e as relações acadêmicas cotidianas.

Na discussão sobre as instituições universitárias, é necessário refletir acerca da articulação de propostas¹⁸ que incluem participação na gestão para implantação de normativas institucionais, em respostas às demandas reais de violação, articuladas também a ações de coletivos estudantis e atividades de extensão e pesquisa. Ressalta-se, nesta reflexão, a potência dos projetos de extensão atuando na própria universidade e na interlocução com outros níveis da educação, e em parceria com setores envolvidos com políticas de direitos humanos, considerando a própria comunidade universitária como segmento social com quem se poderia construir processos de escuta e intervenção.

A política institucional adotada pelas universidades, ao tratar dos perigos do gênero e da sexualidade, apresentam uma peculiar complexidade que combina um amplo leque de questões, envolvendo demandas estudantis, demandas judiciais, cumprimento de decretos e normatizações do MEC. Envolve também questões orçamentárias para efetivação de políticas que estão cada vez mais ameaçadas no contexto econômico brasileiro. Além disso, é preciso que os processos implantados sejam avaliados e que se forme uma rede articulada entre instâncias dentro e fora da universidade e se busque estratégias que alcancem amplamente a comunidade acadêmica. Também como parte da ampla discussão de enfrentamento às violências e efetivação de mudanças, é preciso reforçar a relevância da articulação entre extensão e pesquisa e o rompimento com a política de gestão de carreiras docentes que não privilegia a extensão, mas a subalterniza a mero ativismo, que não contempla o que é valorizado academicamente: a produção de artigos e lógica produtivista meritocrática.

Quando se tratam de instituições de ensino médio, reconhecemos a ampla discussão acumulada acerca das questões de gênero e sexualidade e, alinhada ao repertório aqui analisado, identificamos também recorrências de subalternizações e centralidades, assim como possibilidades de enfrentamento.

Algumas particularidades merecem ser destacadas, como é o caso da apropriação neoliberal de pautas dos direitos humanos, incluindo questões de gênero e sexualidades, por parte de empresas privadas que utilizam estratégias anunciadas como **“educativas” e de “empoderamento” de jovens, particularmente, meninas**¹⁹. A ênfase no investimento individual contribui para a desresponsabilização do Estado.

A escola como território de desigualdades, assimetrias e violências é algo comum nas experiências compartilhadas nos eventos de Florianópolis e Buenos Aires, tomadas aqui também para pensar sobre o perigo que gênero e sexualidades representam. Na escola, a proximidade com a dimensão familiar é maior, tornando possível aproximar-se de trajetórias jovens marcadas pela violência também em casa. Várias reflexões²⁰ indicam que o atravessamento da violência vivida pelas meninas nas relações cotidianas se materializa nos assédios protagonizados pelos meninos e por professores. Ainda é forte a representação da adolescência como algo problemático e da sexualidade, neste momento da vida, como algo extremamente perigoso. Também nas escolas, há silenciamento em torno de ocorrências de violência e nos processos que as tornam visíveis, algumas professoras acabam tornando-se referência para temas desta ordem e para os perigos reais que representam na vida de estudantes. É recorrente também uma reclamação sobre ausência de espaços nas escolas para dialogar sobre gênero, sobre sexualidades, sobre violência.

Assim como nas instituições universitárias, nas escolas também há resistências às posições de subordinação e às violências cotidianas agenciadas pelas/os jovens nos territórios escolares²¹, inclusive, a partir da própria diferença que produz desigualdade nas significações que a ela são atribuídas no cotidiano escolar. Destaca-se aqui a necessidade de compreender melhor as relações jocosas entre jovens, as masculinidades e feminilidades a partir da condição de estudante e como os conteúdos acessados pelas mídias digitais e tradicional atravessam a escola.

Na discussão sobre resistências, destacam-se as iniciativas de extensão que aproximam juventudes universitárias e secundaristas e iniciativas potentes de articulação em rede, via organização não governamental²², que inclui parceria entre escola e comunidade onde ela se insere. Aqui se destacam dois aspectos: a relevância de financiamento de ações dessa natureza para elaboração de material educativo, uso de aplicativos tecnológicos, manutenção de equipe e o cuidado estratégico de não usar a palavra gênero na apresentação de proposta de trabalho junto a autoridades da educação e, com isso, criar possibilidades de trabalhar com prevenção da violência sexual contra meninas, buscando ampliar estratégias de envolvimento dos meninos.

Identificam-se deslocamentos de posições de subalternidade por parte de estudantes, envolvidos/as com iniciativas que problematizam gênero e sexualidades, assim como também se identificam professoras que assumem o compromisso em enfrentar, junto com estudantes, o processo de subalternização e protagonizam a interlocução e intermediação de processos (com a direção da escola, com a família). Entretanto, o tempo na instituição escolar, marcado pela repetição e pela forte preocupação com cumprimento dos conteúdos curriculares e pela pouca flexibilidade, não favorece ações que valorizam a escola como um território democrático.

Na escola, os coletivos estudantis²³ também têm se apresentado como relevantes, particularmente impulsionados pelo protagonismo durante as ocupações em escolas de ensino médio em todo Brasil em 2015, atravessados pelo uso estratégico das mídias digitais que, por isso, demandam investigações acerca de qual perspectiva de gênero vem sendo construída pelas/os jovens, tendo em conta experiências individuais e coletivas, além da negociação cotidiana com redes de relações e as questões de classe

SILVA, C. G., LIONÇO, T.

que modificam o acesso ao conteúdo da internet. Os coletivos têm promovido uma rede de apoio, particularmente entre as mulheres jovens e a luta política que protagonizam, permite um aprendizado relevante para as meninas. Da mesma forma, pudemos perceber a força do protagonismo juvenil no levante nacional de estudantes em defesa da educação pública e contra o contingenciamento dos recursos da educação, deliberado pelo governo Bolsonaro em 2019.

TERRITÓRIOS JUVENIS DE EDUCAÇÃO: PELAS VIAS DA EQUIDADE

As questões trazidas para reflexão pretendem fomentar debates acerca dos temas perigosos para escolas e universidades, na perspectiva das/os sujeitos, investindo nas relações equitativas. Nesse sentido, todo o repertório trazido para a discussão revela elementos centrais para entender efetivamente o perigo que viola cotidianamente as pessoas. Para pensar sobre as temáticas de gênero e sexualidades faz-se necessário refletir sobre os processos de escolarização integrando as estratégias relativas ao ensino médio e ao ensino superior, considerando a complexidade dos processos de desenvolvimento de jovens no que se refere a suas vulnerabilidades de gênero, bem como a complexidade das conjunturas políticas que disputam sentido de educação.

Na perspectiva de buscar conexões e valorizar resistências, a tímida reflexão comparativa que aqui se faz com a realidade argentina pretendeu apontar conexões e chamar atenção para as estruturas políticas neoliberais contemporâneas que pautam lógicas individualistas na regulação das relações. Além disso, esse exercício permite o reconhecimento de estratégias de outra realidade que nos inspiram ao aprimoramento de nossas próprias estratégias e ações cotidianas nas instituições de ensino. No conjunto que se apresenta, o exercício comparativo em relação a outro país, ajuda a pensar sobre várias dimensões constitutivas dos territórios de educação, como o currículo e a articulação de práticas cotidianas com leis. A sala de aula, seja nas escolas, seja na universidade também precisa ser ocupada por debates sobre as diferenças, a dignidade humana, a abjeção, as hierarquias e a necessária valorização da laicidade na sua dimensão de respeito e como requisito básico da democracia.

Pretendemos também reforçar a importância dos projetos de extensão universitária que dialogam e intervêm junto a instituições de ensino médio, sobretudo pela potencialização de processos de conscientização política e mobilização estudantis, contribuindo assim não apenas para o tensionamento interno às escolas, mas também para a implementação de estratégias pedagógicas e de reparação em relação a violências de gênero e, com isso, possibilitando melhores condições para o acesso e permanência em universidades.

Reconhecemos, portanto, que estudantes desempenham papel fundamental na reivindicação de respostas institucionais diante das violências de gênero, na reação diante da perigosa incidência da violência nas instituições de ensino, mas como estratégia que fortalecem redes, para tornar o cotidiano menos perigoso. Nessa perspectiva, as atividades de recepção de estudantes universitários/as recém ingressantes podem ser estratégicas para se investir na potência reivindicatória estudantil.

Por fim, é preciso superar a mera institucionalização de normativas, de modo a transformar as instituições de ensino, tendo em conta sujeitos/as e suas experiências e a

perspectiva de estabelecimento de relações mais equitativas, respeitando a alteridade das experiências e das diferenças que constituem as pessoas. Para isso, é necessário que sejam criadas condições para o debate entre comunidade discente e demais atores/atrizes e instâncias das instituições de ensino e que, coletivamente, se proponham estratégias a partir da escuta, das condições de vida, necessidades e desejos de jovens comprometidos/as com a superação da desigualdade sexista e LGBTfóbica e, portanto, comprometidos/as com o enfrentamento do real perigo em torno das questões de gênero e sexualidade.

Artigo recebido em: 25/08/2017

Aprovado para publicação em: 10/03/2018

DANGEROUS TOPICS FOR EDUCATION? YOUTH, EDUCATIONAL INSTITUTIONS, GENDER AND SEXUALITIES

ABSTRACT: The article aims to discuss questions about the danger related to gender and sexuality in the context of educational institutions, particularly high schools and universities. The discussion are based on a repertoire that considers the academic and professional experiences of the authors, and also the experience of other researchers that were presented as part of recent academic events and discussions about violence, the intense dispute over gender and sexuality and the ambiguity of the meaning of the danger that surrounds such themes in educational contexts. The purpose of the present article is to highlight the possibilities of resistance to violence in and of educational institutions, valuing the experiences of subjects who occupy the territories of education.

KEYWORDS: Education. Gender. Sexualities. Educational institutions.

¿TEMAS PELIGROSOS PARA LA EDUCACIÓN? JUVENTUDES, INSTITUCIONES DE ENSEÑANZA, GÉNERO Y SEXUALIDADES

RESUMEN: El artículo presenta cuestiones sobre el peligro relacionado a los temas género y sexualidades en el contexto de instituciones de enseñanza, en especial escuelas secundarias y universidades. El disparador es el conjunto que lleva en cuenta la experiencia de las autoras, de otros/as investigadores/as, hechos y discusiones recientes sobre la violencia, buscando conexiones que revelan la fuerte disputa sobre género y sexualidades. Discute sobre la ambigüedad del peligro que envuelve las temáticas, además de destacar las posibilidades de iniciativas de resistencia a las violencias en las y de las instituciones, valorando las experiencias de los sujetos que ocupan los territorios de educación.

PALABRAS CLAVE: Educación. Género. Sexualidades. Instituciones de enseñanza.

SILVA, C. G., LIONÇO, T.

NOTAS:

1) Pesquisa de Pós-doutorado (autora 1) realizada no Dep. Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP e no Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

2) Docentes em módulos e disciplinas sobre questões de gênero e sexualidades na graduação e pós-graduação.

3) Projeto de Extensão que, desde 2014, desenvolve ações junto a escolas públicas de ensino médio (autora 1) e Projeto Extensão denominado “Escuta Diversa”, que investe na proteção da comunidade LGBT na Universidade de Brasília.

4) Reflexões sobre as experiências das autoras: participação em comissões e programas de combate à LGBTfobia e em processos (incluindo sindicâncias para apuração de denúncias), que discutem modos de lidar com violências que envolvem gênero e orientação sexual no contexto da universidade, e coordenação do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero do CEAM/UnB.

5) XII Jornadas Nacionales de la Historia de Mujeres y VIII Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Buenos Aires/Argentina (24 e 27/07/17; 13 Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11, Florianópolis/SC/Brasil (30/07 a 04/08/17).

6) Tomamos duas ocorrências emblemáticas: Em 17/06/16, cerca de 30 pessoas entraram em uma **das unidades da UnB, gritando coisas como: “Eu sou empresária, pago imposto caríssimo pra manter esse parasita. Gay, safado, parasita”**

(http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/06/18/interna_cidadesdf.536839/unb-investiga-protesto-com-ataques-homofobicos-e-racistas-no-campus.shtml). Em 11/08/17, em uma unidade da UNIFESP/Baixada Santista, numa audiência pública para discutir o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, a presença de cerca de 100 policiais militares (alguns/as, inclusive, fardados/as e armados/as) e outras pessoas que, entre outras coisas, **clamavam “direitos humanos aos humanos direitos” e “retirar a discussão de gênero nas escolas”**. (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/15/depois-morre-e-nao-sabe-por-que-teria-dito-pm-em-audiencia-sobre-diretos-humanos-na-unifesp.htm>).

7) Aqui, destacamos o caso emblemático da Faculdade de Medicina da USP que revelou a força dos coletivos de estudantes (<http://jornal.usp.br/universidade/alunas-se-unem-contra-cultura-do-machismo-na-medicina/>), a relevância da participação de docentes (constituição da Rede Não Cala formada por professoras e pesquisadoras pelo fim da violência sexual e de gênero na USP). Apesar da resistência e da visibilidade, particularmente, de uma acusação de estupro em que o estudante foi absolvido pela Justiça (<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/11/justica-absolve-estudante-de-medicina-da-usp-acusado-de-estupro/>), além de ter conseguido se formar e obter registro junto ao Conselho de Medicina (<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/06/1889482-estudante-da-usp-acusado-de-estuprar-colega-obtem-registro-de-medico.shtml>).

8) Na medida que conteúdos específicos de apresentações forem tomados, indicaremos autores/as, título, local e data nas notas. Os anais dos eventos, com os papers dos trabalhos apresentados, ainda não estão disponíveis.

- 9) SILVA, E.C., DIAS, L.O. Negra Sou: Identidade como forma de existir nas instituições de educação; RUSSI VON DENTZ, S., VALLE, I.R. Interseccionalidade no campo educacional universitário: gênero, classe social, raça e etnia, Florianópolis, ago/17.
- 10) SHARPE, A.S. El discurso de género en la discontinuidad de dos estudios universitarios: los ideales de éxito y las decisiones de los estudiantes de Ciencias de la Comunicación, Buenos Aires, julho/17; RUSSI & VALE, já citado na nota de rodapé 9.
- 11) KROLOW, A.P. T., RODRIGUES, M.S. A Percepção de Alunas e Professoras sobre os Micro Machismos no Curso de Administração da UFPEL, Florianópolis, ago/17.
- 12) ARANDA, N., LACOUR, J. Violencias en el ámbito universitario: discursos y prácticas. Buenos Aires, julho/17.
- 13) MIZAEI, T.M. Concepções de representantes de coletivos estudantis sobre a violência de gênero perpetrada na Universidade, Florianópolis, ago/17.
- 14) SILVA, E.C., DIAS, L.O., Negra Sou: Identidade como forma de existir nas instituições de educação, Florianópolis, ago/2017.
- 15) Além do trabalho citado na nota de rodapé 17, MANGUINHO, J.V.F., Protagonismo feminino no contexto escolar: entre negociações, enfrentamentos e tensões, Florianópolis, ago/2017.
- 16) PAULINO, D.B., TEIXEIRA, F. B., RAIMONDI, G.A. Saúde da população LGBT – desafios e conquistas em um curso de medicina do Brasil, Florianópolis, ago/17.
- 17) POLONIA, C.P.F., CHERON, C., Alteridade, ética e diversidades de gênero na (trans)formação de operadores do Direito e da cultura jurídica, Florianópolis, ago/17.
- 18) LIONÇO, T., PEREIRA, L.B., LGBTfobia na UnB e o projeto Escuta Diversa: relato de uma experiência de articulação de rede de proteção, Florianópolis, ago/17.
- 19) BRÍCIO, V.N., Juventude, Gênero E Sexualidade No Currículo Programa Vale Juventude: A Constituição De Práticas De Governamentalidade, Buenos Aires, jul/17; GOMES, F.M.T., The girl effect: o novo desenvolvimentismo e suas implicações na vida de meninas das periferias brasileiras, Florianópolis, ago/17.
- 20) FERREIRA, P., ZAN, D. Violencia contra las mujeres: los cruces juveniles y escolares; AZEVEDO, A., IWASAKI, C., PEÇANHA, E., MORAES, L. Etnografia nas escolas: um olhar para as diferenças, desigualdades e assimetrias produzidas no cotidiano escolar, Buenos Aires, jul/17; SOUZA, N.A.P., STREY, M.N., Violência e gênero nas relações afetivas entre adolescentes em contexto escolar rural e urbano no interior da região sul do Brasil; SILVA, C.G., BORBA, P.O. Intersecções de gênero, sexualidades e raça Nas Oficinas da Diferença com jovens de ensino médio público de Santos, São Paulo/Br, Florianópolis, ago/17.
- 21) SILVA, W.A., Masculinidades: narrativas e práticas entre adolescentes estudantes de escolas públicas de Juiz de Fora, Florianópolis, ago/17; SILVA, C.G., BORBA, P.O. Intersecções de gênero, sexualidades e raça Nas Oficinas da Diferença com jovens de ensino médio público de Santos, São Paulo/Br, Buenos Aires, jul/17.

SILVA, C. G.; LIONÇO, T.

22) SANTOS, M.C.C., ARAÚJO, D.P., Gênero e direitos sexuais no ambiente escolar: pesquisa exploratória em um projeto piloto em escolas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Florianópolis, ago/17.

23) Trabalho de pesquisa referido na nota de rodapé 19 que se iniciou também como uma experiência de extensão.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. G. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, n. 21. vol. 2. p. 229-262, 2013.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagú*, Campinas, n. 26. p. 329-376. 2006.

BURTON, J. Prácticas feministas en torno al derecho al aborto en Argentina: aproximaciones a las acciones colectivas de Socorristas en Red. *Revista Punto Género*, Santiago, n. 7. p. 91-111. mayo. 2017.

CUNHA, C. V. da; LOPES, P. V. L.; LUI, J. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e ISER, 2017.

FACCHINI, R.; SÍVORI, H. Conservadorismo, direito, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia, *Cadernos Pagú*, Campinas, n. 50, p. 1-18. 2017.

FAUR, E.; GOGNA, M.; BINSTOCK, G. *La Educación Sexual Integral en la Argentina – balances e desafios de la implementación da ley (2008-2015)*. 1ª Edição. Buenos Aires: Ministerio de Educación, 2015.

LIONÇO, T., Criminalização do assédio ideológico nas escolas: ideologia de gênero como argumento central na disputa fundamentalista da política de educação. In: RODRIGUES, A.; MONZELI, G.A.; FERREIRA, S.R.S. *A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa*. Vitória: EDUFES, 2016, p. 145-160.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G.L. (org.) *O Corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. pp. 7-34.

MATTOS, A. et al. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. *Escola “sem” partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. p. 87-104.

MEYER, D.E. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, G.L.; FELIPE J.; GOELLNER, S.V. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade – um debate contemporâneo da Educação*. 9ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em

discursos evangélicos conversadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro, n.2, pp. 121-161. 2009.

NELSON, C.; TREICHLER, P.A.; GROSSBERG, L. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, T.T. (Org.). *Alienigenas na sala de aula* – uma introdução aos estudos culturais em educação. 11ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-38.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense. 1987.

RAMOS, M. N. Escola sem Partido – a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, G. *Escola “sem” partido* – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. p. 75-86.

TABBUSH, C. et al. Matrimonio igualitario, identidad de género y disputas por el derecho al aborto en Argentina: la política sexual durante el kirchnerismo (2003-2015). *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, n. 22, p. 22-55. Abril. 2016.

VITAL, C.; LOPES, P.V. L. *Religião e política* – uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. 1ª Edição, Rio de Janeiro: ISER/Heinrich Böll Stiftung. 2013.

CRISTIANE GONÇALVES DA SILVA: Co-coordenadora do Laboratório Interdisciplinar Ciências Humanas, Sociais e Saúde e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS. Pós-doutoranda no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e no Instituto de Investigações Gino Germani/Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires.
E-mail: cristiane.goncalves.silva@gmail.com

TATIANA LIONÇO: Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia. Tem se dedicado ao estudo do fundamentalismo religioso na política nacional, das redes de proteção para a comunidade LGBT universitária e dos processos de subjetivação e sua relação com gênero e sexualidade.
E-mail: tlionco@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).